

I N F O R M A T I V O – C S M P F Nº 2 0 6

7ª SESSÃO ORDINÁRIA (5.9.2023)- 9h

PRESIDENTE: Procurador-Geral da República Augusto Aras, presencialmente CONSELHEIROS: Presencialmente: Subprocuradores-Gerais da República Samantha Chatal Dobrowolski, Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, Mario Luiz Bonsaglia, Carlos Frederico Santos, Hindenburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, Elizeta Maria de Paiva Ramos, Alcides Martins e Luiz Augusto Santos Lima; e por videoconferência: Nicolao Dino de Castro e Costa Neto. CORREGEDORA-GERAL: Subprocuradora-Geral da República Célia Regina Souza Delgado Alvarenga, presencialmente OUTRAS PRESENCAS: Presencialmente: os Procuradores Regionais da República Darlan Airton Dias (Chefe de Gabinete do Procurador-Geral da República), Carlos Fernando Mazzoco (Secretário de Concursos), Ubiratan Cazetta (Associação Nacional dos Procuradores da República -ANPR), Zélia Luiza Pierdoná (Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal -AMPF), o advogado Felipe Mesquita e por videoconferência: Subprocuradora-Geral da República Maria Emília Moraes de Araújo (Auxiliar do gabinete do Procurador-Geral da República junto ao CSMPF)						
ELEIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DO CSMPF (ART. 3º, § 4º DA RESOLUÇÃO CSMPF Nº 168)	Eleita, por aclamação, a Conselheira Elizeta Maria de Paiva Ramos.					
DISCIPLINAR	Item da pauta	Processo	Interessado(a)		Relator(a)	Decisão
	4	041/2022-44	Corregedoria do Ministério Público Federal		Cons. Mario Luiz Bonsaglia	Deliberação suspensa durante a leitura do voto.
PROMOÇÃO DE MEMBROS	Item da pauta	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
	38	147/2023-39	Ministério Público Federal	Promoção ao cargo de Procurador Regional da República. Vagas: 6 vagas, sendo (3 - PRR1ª), (3 - PRR6ª). Critério: antiguidade e merecimento, respectivamente.	Cons. Elizeta Maria de Paiva Ramos	Membros promovidos: Marco Aurélio Dutra Aydos (antiguidade – PRR6ª) Leonardo Luiz de Figueiredo Costa (merecimento – PRR6ª) Luis Roberto Gomes (antiguidade – PRR1ª) Ana Cristina Bandeira Lins (merecimento – PRR1ª) José Leão Júnior (antiguidade – PRR1ª) Jaqueline Ana Buffon (merecimento - PRR6ª)
PROCESSOS JULGADOS EM BLOCO:						

AFASTAMENTO, MESTRADO, DOUTORADO E EVENTOS RESOLUÇÃO CSMPF N° 192	Item da pauta	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
	23	103/2020-66	Dr. Werton Magalhães Costa	Afastamento para elaborar tese de Doutorado, da Universidade Federal da Paraíba(UFPB), nos períodos de 11 de setembro a 10 de outubro de 2023, 20 de novembro a 19 de dezembro de 2023 e 31 de janeiro a 29 de fevereiro de 2024.	Cons. Carlos Frederico Santos	À unanimidade, favorável
	36	141/2023-61	Dr. Jaime Mitropoulos	Afastamento para elaborar dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, por 40 dias, no período de 11 de setembro a 20 de outubro de 2023.	Cons. Samantha Chantal Dobrowolski	À unanimidade, favorável
	37	146/2023-94	Dra. Carolina de Gusmão Furtado	Afastamento do país para frequentar curso de Mestrado em Direito (<i>LLM Human Rights Law</i>), na <i>University College London (UCL)</i> , em Londres/Inglaterra, no período de 25 de setembro de 2023 a 24 de julho de 2024.	Cons. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen	À unanimidade, favorável
	41	155/2023-85	Dr. Guilherme Rocha Gopfert	Afastamento para participar do “Seminário Prevenção de Atrocidades Massivas em Contextos Migratórios”, na Universidade Federal de Roraima, em Boa Vista, no período de 29 a 31 de agosto de 2023. Referendar.	Cons. Alcides Martins	À unanimidade, favorável
	Extrapauta	055/2022-78	Dr. Bruno Jorge Rijo Lamenha Lins	Documentação comprobatória da disponibilização, à Biblioteca Digital do Ministério Público Federal, de cópia da tese de doutorado apresentada e aprovada no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Art. 8º da Resolução CSMPF nº 192.	Cons. Hindenburg Chateaubriand Filho	À unanimidade, ciente
	Extrapauta	071/2023-41	Dr. Vladimir Barros Aras	Ciência do cumprimento do afastamento a que se refere a Portaria nº 411, de 5 de junho de 2023, no período efetivamente usufruído pelo interessado, de 1º a 15 de agosto de 2023.	Cons. Hindenburg Chateaubriand Filho	À unanimidade, ciente

DISCIPLINAR	Item da pauta	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
	27	068/2021-56	Corregedoria do Ministério Público Federal	Prorrogação, por 30 (trinta) dias, a contar de 20 de agosto de 2023, do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, designada pela Portaria PGR/MPF nº 277, de 18 de abril de 2023. Referendar.	Cons. Alcides Martins	À unanimidade, prorrogou
DIVERSOS	Item da pauta	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
	15	9160/2021-00	Ministério Público Federal	Reestruturação e redistribuição de cargos do Ministério Público Federal.	Cons. Hindenburgo Chateaubriand Filho	À unanimidade: a) ciente, da Portaria PGR/MPF nº 267, de 18 de abril de 2023, que alterou a Portaria PGR/MPF nº 176, de 22 de março de 2022, redimensionando para 319 o quantitativo de cargos especiais JEF/CL; b) referendou a regulamentação das atribuições, regras de distribuição e conclusão dos feitos, assim como das formas de designação e substituição dos titulares dos cargos especiais JEF/CL, aperfeiçoadas pela Portaria PGR/MPF nº 268, de 18 de abril de 2023, que revogou a Portaria PGR/MPF nº 264, de 25 de abril de 2022, com respaldo no poder regulamentar atribuído pelo art. 57, inciso I, letra “d”, da Lei Complementar nº 75, de 1993, a este Conselho Superior.
	16	150/2018-95	Dra. Marina Selos Ferreira, Dra. Carolina Martins Miranda de Oliveira, Dra. Márcia Brandão Zollinger.	Questionamentos acerca de normas gerais da repartição de atribuições nas unidades do Ministério Público Federal.	Cons. Elizeta Maria de Paiva Ramos	À unanimidade, determinou o arquivamento dos autos, tendo em vista que não há o que ser analisado por este Conselho, eis que não foi apontado pela interessada qualquer ato ilegal que exija apreciação, inclusive no que concerne a Resolução nº 104, de 6 de abril de 2010, a qual estabelece regras mínimas comuns que deverão orientar a repartição dos serviços nas diversas unidades do Ministério Público Federal.
	19	130/2019-03	Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR	Mecanismos institucionais de estímulo à carreira dos membros do MPF.	Cons. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen	À unanimidade, determinou: a) o desmembramento e distribuição do feito desmembrado, no tocante aos temas relacionados aos concursos para ingresso na carreira de Procurador da República, com autuação junto com os artigos anexos a esse voto; b) o envio da proposta de

						alteração da Resolução CSMPF nº 104, de 6 abril de agosto de 2010 à Secretaria Geral para elaboração de estudo sobre seus possíveis efeitos; c) o envio de proposta de alteração do Anteprojeto de Resolução nº 145, de 3 de maio de 2022 ao Conselheiro Carlos Frederico Santos, em razão da vinculação ao PGEA nº 1.00.001.000030/2022-74; d) o envio da proposta de alterações nos Avisos e na Portaria PGR/MPF nº 819, de 15 de setembro de 2020 ao Procurador-Geral da República; e) após a realização das providências requeridas, o arquivamento dos autos feito, com o envio de cópia do presente voto à ANPR.
	28	11819/2022-61	Ministério Público Federal	Portaria PGR/MPF Nº 539, de 28 de julho de 2023. Dispõe sobre a criação e distribuição dos Ofícios Especiais de Inspeção e Vistoria do Controle Externo da Atividade Policial e do Sistema Prisional no âmbito do Ministério Público Federal.	Cons. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen	À unanimidade: a) aprovou e homologou a Portaria PGR/MPF nº 539, de 28 de julho de 2023, que dispõe sobre criação e distribuição de Ofícios Especiais de Inspeção e Vistoria do Controle Externo da Atividade Policial e do Sistema Prisional no âmbito do Ministério Público Federal; b) determinou o envio de Ofício à 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, a fim de que seja verificada a necessidade e conveniência de implementação, nos respectivos estados que possuem presídios federais, de Ofícios Especiais de Execução Penal vinculados aos Sistema Penitenciário Federal, com atuação local e nacional.
INDICAÇÃO DE MEMBROS	Item da pauta	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
	26	261/2021-05	Procuradoria da República em Sergipe	Indicação de representante do Ministério Público Federal para o Conselho Penitenciário do Estado de Sergipe - COPEN/SE. Indicado: Dr. Márcio Albuquerque de Castro	Cons. Alcides Martins	À unanimidade, favorável
	32	093/2023-10	Procuradoria da República no Rio Grande do Sul	Indicação de representantes do MPF para compor a Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo no Estado do Rio Grande do Sul – COETRAE/RS. Indicados: Dr. Pedro	Cons. Alcides Martins	À unanimidade, favorável

				Henrique Oliveira Kenne da Silva (titular) e Dr. Fabiano de Moraes (substituto).		
	34	117/2023-22	Procuradoria da República em Alagoas	Indicação de representantes do Ministério Público Federal para compor o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura em Alagoas. Indicados: Dr. Bruno Jorge Rijo Lamenha Lins (titular) e Dra. Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary (suplente).	Cons. Alcides Martins	À unanimidade, favorável
	Extrapauta	260/2021-52	Procuradoria da República em Mato Grosso	Indicação de representante do Ministério Público Federal para o Conselho Estadual Gestor do Fundo de Erradicação do Trabalho Escravo do Mato Grosso (CGFETE/MT). Indicado: Dr. Matheus de Andrade Bueno	Cons. Luiz Augusto Santos Lima	À unanimidade, favorável
REGULAMENTAÇÃO	Item da pauta	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
	Extrapauta	127/2023-68	Ministério Público Federal	Regulamentação. Altera a Resolução CSMPF nº 169, que estabelece normas sobre o concurso para ingresso na carreira do Ministério Público Federal.	Cons. Hindenburgo Chateaubriand Filho	À unanimidade, aprovada
RELATÓRIO DE ATIVIDADES RES. CSMPF nº 146	Item da pauta	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
	Extrapauta	154/2023-31	Procuradoria da República no Rio Grande do Sul	Relatório de Atividades do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), do Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul, referente ao primeiro semestre de 2023. Art. 8º da Resolução CSMPF nº 146/2013.	Cons. Mario Luiz Bonsaglia	À unanimidade, ciente
	Extrapauta	157/2023-74	Procuradoria da República no Ceará	Relatório de Atividades do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), do Ministério Público Federal no Ceará, referente ao primeiro semestre de 2023. Art. 8º da Resolução CSMPF nº 146/2013.	Cons. Carlos Frederico Santos	À unanimidade, ciente

REPARTIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES	Item da pauta	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
RESOLUÇÃO CSMPF N° 104	Extrapauta	195/2022-46	Procuradoria Regional da República da 6ª Região	Repartição de atribuições entre os membros na Procuradoria Regional da República da 6ª Região. Res. CSMPF n° 104/2010.	Cons. Mario Luiz Bonsaglia	À unanimidade, aprovada

A sessão foi suspensa às 12h53 e continuará no dia 15.9.2023